



**DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS EM MUNICÍPIOS DE  
ATÉ 50 MIL HABITANTES (2011-2020)**

**DISTRIBUTION OF TEMPORARY TEACHERS IN MUNICIPALITIES WITH UP  
TO 50,000 INHABITANTS (2011-2020)**

**DISTRIBUCIÓN DE LOS DOCENTES TEMPORALES EN MUNICIPIOS DE  
HASTA 50,000 HABITANTES (2011-2020)**

Herilene Chaves de Sousa<sup>1</sup>

Ariel Feldman<sup>2</sup>

**RESUMO:**

Este estudo investiga a presença de professores temporários em redes municipais paraenses com até 50 mil habitantes, entre 2011 e 2020. Utilizando uma abordagem quantitativa e descritiva, foram analisados dados extraídos de plataformas abertas, como o Censo Escolar do INEP, o Laboratório de Dados Educacionais da UFPR e o Censo Brasileiro (IBGE). Os dados dos professores temporários foram tratados com aplicação de parâmetros estatísticos como a média, a mediana e desvio padrão. Os resultados indicam que a média de professores temporários ultrapassam os 38%. Em relação aos valores da amplitude, todos os municípios analisados exibem percentuais acima dos 30%. Portanto, os dados confirmam que os municípios paraenses, apresentam um quadro percentual de descumprimento da legislação sobre a admissão dos professores temporários.

**Palavras-chave:** Professores temporários; Redes Municipais; Pará.

**ABSTRACT:**

This study investigates the presence of temporary teachers in municipal networks in Pará with up to 50,000 inhabitants between 2011 and 2020. Using a quantitative and descriptive approach, data was analyzed from open platforms such as the INEP School Census, the UFPR Educational Data Laboratory, and the Brazilian Census (IBGE). The data on temporary

---

<sup>1</sup> Mestranda da Universidade Federal do Pará no Programa de Pós-Graduação em Educação em Cultura do Campus Universitário do Tocantins (UFPA/CUNTINS/PPGEDUC). Bolsista na Fundação Amazônia de Amparo à Estudo e Pesquisa (FAPESPA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5036-5831>. E-mail: [sousaherilene@gmail.com](mailto:sousaherilene@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em História na Universidade de São Paulo. Docente na Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Educação em Cultura do Campus Universitário do Tocantins (UFPA/CUNTINS/PPGEDUC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8894-8554>. E-mail: [aridu18@yahoo.com.br](mailto:aridu18@yahoo.com.br).



teachers were processed using statistical parameters such as mean, median, and standard deviation. Results indicate that the average percentage of temporary teachers exceeds 38%. In terms of range values, all analyzed municipalities show percentages above 30%. Therefore, the data confirm that Pará municipalities exhibit a high level of non-compliance with legislation regarding the hiring of temporary teachers.

**Keywords:** Temporary teachers; Municipal networks; Pará.

## RESUMEN

Este estudio investiga la presencia de profesores temporales en las redes municipales del estado de Pará con hasta 50 mil habitantes, entre 2011 y 2020. Utilizando un enfoque cuantitativo y descriptivo, se analizaron datos extraídos de plataformas abiertas, como el Censo Escolar del INEP, el Laboratorio de Datos Educativos de la UFPR y el Censo Brasileño (IBGE). Los datos de los profesores temporales fueron tratados aplicando parámetros estadísticos como la media, la mediana y la desviación estándar. Los resultados indican que la media de profesores temporales supera el 38%. En relación con los valores de amplitud, todos los municipios analizados muestran porcentajes superiores al 30%. Por lo tanto, los datos confirman que los municipios de Pará presentan un panorama de incumplimiento de la legislación sobre la contratación de profesores temporales.

**Palabras clave:** Profesores temporales; Redes municipales; Pará.

## INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte dos resultados da dissertação de mestrado, intitulada “A presença de professores temporários nas redes municipais de ensino do Pará (2011-2020)” e conta com apoio financeiro da Fundação Amazônia de Amparo à Estudo e Pesquisa (FAPESPA). Embora a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) assegure que a investidura em cargos deverá ocorrer por meio de concurso público (art. 37, inciso II), também prevê exceções para a contratação excepcional nas redes públicas de ensino (art. 37, inciso IX).

Vale salientar que essas exceções podem ser interpretadas de diferentes maneiras, permitindo que os professores temporários sejam contratados sem vínculo



com a instituição, o que contribui para a precarização do trabalho docente e se torna um instrumento que substitui a realização de concursos públicos.

Diante disso, o Plano Nacional da Educação (PNE) 2014-2024, estabelece que, até o início do terceiro ano de vigência, 90% dos professores do magistério e 50% dos respectivos profissionais da educação não docentes devem ocupar cargos efetivos (Brasil, 2014). Em alinhamento a isso, o deputado Sidney Leite (PSDB/AM) estabelece no Projeto de Lei n.º 5.717/2019 que pelo menos 90% dos professores sejam admitidos por concurso público (Brasil, 2019).

O *lócus* de pesquisa foi o Estado do Pará, especificamente as 144 redes municipais de ensino público. Pesquisas desenvolvidas nesses municípios, como Portel, Cametá e Mocajuba, evidenciam aumentos na contratação de professores temporários, frequentemente associadas ao clientelismo, onde a distribuição de cargos ocorre em troca de lealdade política (Feldman; Alves, 2020; Feldman; Costa, 2021; Feldman, Martins, 2023). Esses estudos indicam que os fatores políticos municipais e o clientelismo influenciam no cenário educacional, justificando a escolha do Pará como objeto de estudo.

A análise da presença dos professores temporários no Pará é relevante pois, segundo Feldman e Alves (2020, p. 2), esses professores representam entre 28% e 31% do total de professores na educação pública entre 2013 e 2018. Acrescenta-se que, Feldman e Gouveia (2022), ao compararem o período entre 2011 e 2020, mostram que apenas 4% dos municípios tinham menos de 10% dos professores temporários, enquanto que 96%, ultrapassavam o limite estabelecido pelo PNE.

Dessa forma, o objetivo desse estudo consiste em descrever a presença dos professores temporários nas redes de ensino do Pará entre 2011 e 2020, com foco na distribuição desses profissionais em municípios com até 50 mil habitantes. Pergunta-se como a presença de professores temporários varia conforme o porte populacional nos municípios paraenses entre 2011 e 2020? Quais são as diferenças mínimas e máximas desses profissionais?



O artigo além desta introdução, conta com uma breve revisão de literatura sobre os professores temporários. Na sequência serão apresentados os resultados da pesquisas (professores temporários nas redes municipais do Pará) e finaliza com as considerações finais.

## DESENVOLVIMENTO

### Revisão da Literatura

Apesar de garantido em lei, o número de professores temporários tem crescido nas redes de ensino do Brasil (Araújo; Jann, 2018; Ferri; Estrada, 2020). Em termos de nomenclatura, constata-se que há uma diversidade de termos utilizados para se referir a esses profissionais, como “Temporários Horistas” (Valverde, 2018), “Categoria O” (Santos, 2016) e “Temporários” (Sousa, 2019).

Esses profissionais na literatura são analisados sob várias perspectivas. Pesquisas que analisam as condições de trabalho, destacam como o capitalismo, adotado em escala global, afeta os professores temporários, resultando na precarização das condições de trabalho, salários diferenciados em sentido decrescente, desqualificação profissional, desvalorização do papel docente, ausência de direitos trabalhistas e redução de autonomia (Costa, 2018; Ferreira, 2019; Gomes, 2017; Limeira, 2021). Esses fatores também afetam a saúde física e mental dos docentes (Carvalho, 2014; Nominato, 2022).

No estado do Paraná, Ferreira (2013) evidencia que os professores contratados sofrem com a ausência de direitos trabalhistas fundamentais, estabilidade profissional, plano de carreira e demais benefícios historicamente associados ao magistério público.

Outra análise refere-se ao processo de recrutamento desses profissionais, que são frequentemente afetados pelas alterações em leis complementares e na realização de processos seletivos simplificados, em consequência subordina esses profissionais a um ambiente de trabalho instável e cheio de incertezas (Alves, 2017; Godoy, 2014; Quibão Neto, 2016).



Além disso, as pesquisas sobre gênero e identidade revelam que a maioria dos professores temporários são mulheres (Araújo, 2017; Oliveira, 2013; Silva, 2017). Embora limitadas, as pesquisas que relacionam a presença dos professores temporários e as avaliações em larga escala, sugere que a ausência desses profissionais em sala de aula afeta negativamente o fluxo das aulas, prejudicando o ensino e a aprendizagem, refletindo em notas baixas nas avaliações escolares e em larga escala, o Sistema de Avaliação da Educação Básica — SAEB (Nascimento, 2014; Nogueira, 2021).

### **Procedimentos Metodológicos**

A metodologia consistiu em um estudo de caso exploratório, com características descritivas e abordagem quantitativa. Os dados dos professores temporários foram extraídos do Censo Escolar e trabalhados na base do Laboratório de Dados Educacionais (LDE) da Universidade Federal do Paraná, considerando a unidade federativa, o município, período (em série histórica) e o refinamento por tipo vínculo (temporários). Os dados coletados foram organizados em planilhas no Microsoft Excel. Assim, também foram coletados dados de porte populacional do Censo Brasileiro (IBGE, 2022).

O período de análise (2011–2020), permite a observação da dinâmica de contratação dos professores temporários ao longo de dez anos. Além disso, o período nos remete à inclusão desses profissionais no Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). O tratamento dos dados sobre os professores temporários ocorreram mediante aplicação dos parâmetros estatísticos descritivos, média, mediana e o desvio padrão (Bussab; Morettin, 2010).

Tendo em vista que esta pesquisa tem um caráter exploratório, chamou a atenção o fato de que algumas redes municipais oscilaram muito dentro de uma década, isto é, o percentual de professores temporários entre 2011 e 2020. Este fato pode ser mensurado por um indicador estatístico, a amplitude, ou seja, a diferença entre o valor mínimo e o máximo. Sendo a amostragem para cada município muito pequena, dentro de um recorte cronológico de 10 anos, esse fato gerou certo estranhamento.



Por isso, neste primeiro momento da pesquisa, identificou-se somente os municípios com maior amplitude na década (maior diferença entre o valor mínimo e máximo) e detalhou-se as três redes municipais que obtiveram maiores diferenças percentuais. Para a apresentação dessas redes municipais, agrupamos os municípios em 3 portes populacionais: municípios com até 20 mil, de 20 a 30 mil e de 30 a 50 mil habitantes.

## Resultados e Discussão

O estado do Pará possui 144 municípios. A Tabela 1 apresenta o percentual de professores temporários nas redes municipais do Pará entre 2011 e 2020, conforme os resultados da medida de posição (média, mediana e desvio padrão).

**Tabela 1-** Percentual dos professores temporários nas redes municipais do Pará (2011-2020)

Medidas de Posição	Porte Populacional		
	Até 20 mil	De 20 a 30 mil	30 a 50 mil
<b>Média</b>	39%	44%	38%
<b>Mediana</b>	40%	41%	31%
<b>Desvio Padrão</b>	17%	20%	14%
<b>Mínimo</b>	1%	1%	6%
<b>Máximo</b>	89%	91%	77%

Fonte: Autores, com base nos dados do INEP a partir do Laboratório de Dados Educacionais LDE/UFPR

Os dados da Tabela 1 mostram que a média de professores temporários nas redes municipais ultrapassa 38%, consolidando uma prática que deveria ser excepcional, conforme a Constituição Federal (art. 37, inciso IX) e o Plano Nacional de Educação (PNE). Maria Zanella Di Pietro (1998) reforça que a legislação deve garantir a excepcionalidade dessas contratações, evitando a sua banalização.

Redes com médias superiores a 70% indicam alta dependência de temporários, como Anajás (70%), Bagre (77%), Chaves (73%), Maracanã (71%) e Jacareacanga (82%). Outros municípios apresentam percentuais elevados, como Brasil Novo (65%), Curionópolis (67%), Mojuí dos Campos (69%), São João da Ponta (68%), Santarém Novo (62%), Tracuateua (61%), Ulianópolis (68%), Uruará (60%) e Vitória do Xingu (69%).



Já as menores médias foram registradas em Inhangapi (12%), São João de Pirabas (4%), São Domingos do Araguaia (11%) e Terra Santa (11%). Apesar de algumas alterações nas regras da legislação, os máximos ultrapassaram o limite legal (10%), configurando uma prática alarmante. Druck (2006) relaciona esses altos índices às mudanças no capitalismo, onde a flexibilização do trabalho por meio da subcontratação, temporariedade, informalidade e outras formas disfarçadas de emprego, reflete novos critérios do mercado.

Os municípios paraenses foram agrupados em 6 portes populacionais e, nessa pesquisa foi dada ênfase somente ao agrupamento demográfico que compõe até 50 mil habitantes, como mostra a Tabela 2.

**Tabela 2-** Representatividade demográfica dos municípios paraenses

Classificação Populacional	Agrupamento dos Municípios	Total população agrupada (Hab.)	(%) Demográfica
Até 20 mil	42	683,362.00	8%
20 a 30 mil	31	764,343.00	9%
30 a 50 mil	28	996,601.00	12%
50 a 100 mil	25	1,525,101.00	19%
Acima de 100 mil	11	1,970,576.00	24%
Região Metropolitana de Belém	7	2,243,897.00	27%
<b>Total</b>	<b>144</b>	<b>8,183,880.00</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autores, com base nos dados do INEP a partir do Laboratório de Dados Educacionais LDE/UFPR.

A Tabela 2 destaca a heterogeneidade demográfica do Pará, resultado de fatores históricos, geográficos e econômicos. Em 2022, municípios com até 20 mil habitantes concentram 8% da população, e os de 20 a 30 mil habitantes, 9%. As demais variações entre 12% e 24%, exceto a Região Metropolitana de Belém (RMB), com 27%, apresentam maior taxa de crescimento do estado.

Municípios menores apresentam crescimento inferior, enquanto faixas populacionais maiores sofrem intensos fluxos migratórios, como na RMB. Santos e Silveira (2003) apontam que essas desigualdades aumentam com a instalação de setores empresariais, que transformam os territórios em verdadeiros “territórios corporativos”.



Desse modo, os municípios com até 20 mil habitantes, apresenta amplitude que extrapolam os 20%, detalhados na Tabela 3.

**Tabela 3-** Professores temporários nas redes municipais com até 20 mil habitantes (2011-2020)

Municípios	(% ) Médio Professores Temporários (2011-2020)	%Profs. Temporários		Diferenças entre o mínimo e o máximo
		% Mínima	% Máxima	
Abel Figueiredo	21%	6%	33%	26%
Água Azul do Norte	48%	6%	75%	69%
Aveiro	33%	26%	44%	19%
Bagre	77%	70%	84%	14%
Bannach	42%	22%	63%	41%
Belterra	54%	44%	70%	26%
Bom Jesus do Tocantins	52%	39%	73%	34%
Bonito	39%	21%	52%	31%
Brejo grande do Araguaia	46%	14%	68%	54%
Cachoeira do Piriá	46%	28%	62%	34%
Colares	15%	5%	26%	21%
Cumarú do Norte	56%	40%	74%	35%
Curionópolis	67%	52%	84%	31%
Curuá	34%	18%	56%	38%
Curuçá	19%	8%	28%	21%
Faro	17%	11%	27%	15%
Floresta do Araguaia	28%	17%	38%	21%
Inhangapi	12%	1%	30%	29%
Magalhães Barata	57%	42%	65%	23%
Nova Ipixuna	30%	17%	44%	27%
Nova Timboateua	29%	9%	50%	40%
Ourém	16%	13%	19%	7%
Palestina do Pará	29%	13%	43%	30%
Pau D'Arco	25%	11%	35%	24%
Peixe-Boi	43%	25%	53%	27%
Piçarra	47%	26%	64%	38%
Placas	44%	32%	60%	28%
Primavera	27%	14%	52%	38%
Quatipuru	25%	9%	32%	23%
Rio Maria	28%	14%	42%	27%
Santa Cruz do Arari	49%	40%	57%	57%
Santa Maria das Barreiras	46%	39%	53%	53%
Santarém Novo	62%	47%	69%	69%
São Caetano de Odíelas	20%	9%	32%	32%
São Francisco do Pará	41%	35%	52%	52%
São João da Ponta	68%	33%	89%	89%
São João do Araguaia	15%	6%	28%	28%





Sapuçaia	58%	42%	73%	73%
Terra Alta	35%	21%	41%	41%
Terra Santa	11%	2%	18%	18%
Trairão	44%	36%	51%	51%
Vitória do Xingu	69%	37%	82%	82%

Fonte: Autores, com base nos dados do INEP a partir do Laboratório de Dados Educacionais LDE/UFPR

Os municípios com até 20 mil habitantes que se destacam com maiores amplitudes, foram: Água Azul do Norte, São João da Ponta e Vitória do Xingu, os quais apresentam um percentual de 29%; 56% e 44%, respectivamente. Os três municípios com as maiores amplitudes na década foram detalhados na Tabela 4.

**Tabela 4-** Detalhamento da presença dos professores temporários nos três municípios com até 20 mil habitantes com as maiores amplitudes (2011-2020)

Município	Ano	Número de Temporários	Número de Concursados	Total de Profs. Rede	Percentual de Temporários
Água Azul do Norte	2011	118	40	158	75%
	2012	8	135	143	6%
	2013	38	116	154	25%
	2014	75	83	158	47%
	2015	86	79	165	52%
	2016	75	74	149	50%
	2017	78	68	146	53%
	2018	85	65	150	57%
	2019	80	75	155	52%
	2020	100	69	169	59%
São João da Ponta	2011	55	15	70	79%
	2012	52	10	62	84%
	2013	53	8	61	87%
	2014	59	9	68	87%
	2015	50	10	60	83%
	2016	54	7	61	89%
	2017	26	53	79	33%
	2018	35	49	84	42%
	2019	41	46	87	47%
	2020	44	40	84	52%
Vitória do Xingu	2011	70	43	113	62%
	2012	58	98	156	37%
	2013	121	32	153	79%
	2014	127	51	178	71%
	2015	177	40	217	82%
	2016	192	48	240	80%
	2017	184	48	232	79%
	2018	196	49	245	80%
	2019	150	107	257	58%
	2020	154	109	263	59%

Fonte: Autores, com base nos dados do INEP a partir do Laboratório de Dados Educacionais LDE/UFPR

Em Água Azul do Norte, houve aumento no número de professores concursados, impulsionado por concurso público. Contudo, entre 2012 e 2020, a redução de professores concursados sugere a baixa atratividade da rede, favorecendo o aumento de temporários.

Em São João da Ponta, a proporção de temporários cresceu de 79% (2011) para 89% (2016), com redução abrupta para 33% (2017), possivelmente devido a um concurso público.

Em Vitória do Xingu, a proporção de temporários caiu de 62% (2011) para 37% (2012), mas subiu para 82% (2015), mantendo-se alta até 2018, com redução para 58% (2019) e aumentou em 2020 (59%), influenciada pela realização de concursos ou pelos efeitos da pandemia de COVID-19. Nos municípios com 20-30 mil habitantes, as variações na década são significativas (Tabela 5).

**Tabela 5-** Professores temporários nas redes municipais em municípios de 20 e 30 mil habitantes entre 2011 e 2020

Municípios	(% Média Professores Temporários (2011-2020))	Profes. Temporários		Diferenças entre o mínimo e o máximo
		%Mínima	% Máxima	
Anajás	70%	58%	76%	18%
Aurora do Pará	28%	14%	40%	27%
Brasil Novo	65%	58%	74%	16%
Bujaru	36%	23%	42%	18%
Cachoeira do Arari	59%	48%	69%	21%
Chaves	73%	48%	83%	35%
Concórdia do Pará	25%	6%	39%	33%
Eldorado dos Carajás	49%	23%	67%	44%
Garrafão do Norte	44%	38%	62%	24%
Goianésia do Pará	33%	17%	52%	35%
Jacareacanga	82%	78%	86%	7%
Limoeiro do Ajuru	27%	12%	40%	27%
Maracanã	71%	68%	73%	5%
Marapanim	32%	17%	45%	27%
Medicilândia	34%	17%	46%	28%
Melgaço	54%	43%	64%	20%
Mocajuba	36%	27%	48%	21%
Mojuí dos Campos	69%	60%	78%	18%
Nova Esperança do Piriá	56%	22%	91%	70%
Ponta de Pedras	51%	32%	60%	28%
Salvaterra	74%	56%	87%	31%
Santa Luzia do Pará	37%	32%	44%	12%
Santa Maria do Pará	52%	18%	86%	68%
Santo Antônio do Tauá	27%	17%	38%	21%



São Domingos do Araguaia	11%	6%	15%	8%
São Geraldo do Araguaia	13%	8%	17%	9%
São João de Pirabas	4%	1%	10%	9%
São Sebastião do Boa Vista	41%	28%	48%	20%
Senador José Porfírio	30%	16%	40%	24%
Soure	28%	15%	37%	22%
Tracuateua	61%	49%	69%	20%

Fonte: Autores, com base nos dados do INEP a partir do Laboratório de Dados Educacionais LDE/UFPR

A Tabela 5, mostra que os municípios com as maiores amplitudes, foram: Eldorado dos Carajás com uma diferença de 44%. Já em Nova Esperança do Piriá, a diferença foi de 70%. Por sua vez, em Santa Maria do Pará, a diferença foi de 68%, na presença de professores temporários. A Tabela 6 detalha os três municípios com as maiores amplitudes.

**Tabela 6-** Detalhamento da presença dos professores temporários nos três municípios entre 20 e 30 mil habitantes com as maiores amplitudes (2011-2020)

Municípios	Ano	Número de Temporários	Número de Concursados	Total de Profs. na Rede	Percentual de Profs. Temporários
Eldorado dos Carajás	2011	262	145	407	64%
	2012	295	145	440	67%
	2013	275	155	430	64%
	2014	273	147	420	65%
	2015	275	136	411	67%
	2016	180	199	379	47%
	2017	135	230	365	37%
	2018	95	225	320	30%
	2019	70	218	288	24%
	2020	62	207	269	23%
Nova Esperança do Piriá	2011	289	33	322	90%
	2012	297	32	329	90%
	2013	262	25	287	91%
	2014	260	25	285	91%
	2015	153	158	311	49%
	2016	134	156	290	46%
	2017	115	214	329	35%
	2018	68	230	298	23%
	2019	63	230	293	22%
	2020	77	220	297	26%
Santa Maria do Pará	2011	57	209	266	21%
	2012	43	235	278	18%
	2013	103	193	296	35%
	2014	105	191	296	55%
	2015	134	172	306	78%
	2016	140	162	302	86%
	2017	116	161	277	72%
	2018	114	156	270	73%



2019	73	204	277	36%
2020	82	191	273	43%

Fonte: Autores, com base nos dados do INEP a partir do Laboratório de Dados Educacionais LDE/UFPR

Em Eldorado dos Carajás, a proporção de temporários era alta, passando de 64% (2011) para 67% (2012), com redução em 2013 (64%), com aumentos em 2015 (67%) e queda significativa de 47% (2016) para 23% (2020), provavelmente ao concurso público (nº 001/2014), homologado em 2016 (Portal da Transparência, 2024), contribuindo para a redução dos temporários. Nota-se que o número total de professores na rede diminuiu, evidenciando o excesso de temporários. Em Nova Esperança do Piriá, os temporários foram bastante expressivos e representaram 90%-91% entre 2011 e 2014, mas reduziram de 49% (2015) para 22% (2019), com leve aumento em 2020 (26%).

Em Santa Maria do Pará, a proporção de temporários caiu de 21% (2011) para 18% (2012), mas aumentou de 35% (2013) para 86% (2016), possivelmente influenciada por fatores políticos locais, como eleições. A Tabela 7 detalha os municípios com população *entre 30 e 50 mil habitantes*.

**Tabela 7-** Professores temporários nas redes municipais em municípios entre 30 e 50 mil habitantes entre 2011 e 2020

Municípios	(%) Média Professores Temporários (2011-2020)	Profes. Temporários		Diferenças entre o mínimo e o máximo
		% Mínima	% Máxima	
Afuá	23%	8%	45%	36%
Almeirim	29%	21%	35%	14%
Anapu	56%	51%	60%	9%
Augusto Correia	25%	11%	32%	21%
Breu Branco	21%	10%	35%	25%
Conceição do Araguaia	24%	19%	30%	11%
Curralinho	48%	37%	57%	20%
Gurupá	53%	44%	58%	14%
Igarapé Açu	31%	24%	40%	16%
Ipixuna do Pará	38%	24%	54%	29%
Irituia	30%	15%	43%	27%
Jacundá	29%	20%	39%	19%
Mãe do Rio	40%	18%	58%	41%
Muaná	57%	35%	68%	33%
Novo Progresso	47%	35%	64%	29%
Oeiras do Pará	28%	8%	36%	27%
Ourilândia do Norte	47%	39%	54%	15%
Pacajá	21%	9%	34%	25%



Porto de Moz	50%	41%	66%	25%
Prainha	46%	30%	59%	29%
Rurópolis	29%	6%	48%	42%
Salinópolis	16%	8%	23%	15%
Santana do Araguaia	27%	6%	43%	37%
São Domingos do Capim	29%	10%	53%	43%
Tucumã	56%	42%	70%	28%
Ulianópolis	68%	56%	77%	21%
Uruará	60%	46%	65%	19%
Vigia	27%	18%	34%	16%

Fonte: Autores, com base nos dados do INEP a partir do Laboratório de Dados Educacionais LDE/UFPR

Nota-se pelos dados acima que as amplitudes percentuais são distintas nos municípios analisados. Diante disso, os municípios que possuem as maiores diferenças foram: Rurópolis, cuja diferença percentual foi de 42%, variando de 6% para 48%; em seguida, a rede municipal de São Domingos do Capim, onde a diferença foi de 43%, oscilando entre 10% e 53% e; por fim, Mãe do Rio apresentou diferença de 41%, variando de 18% a 58% na presença dos professores temporários.

Os três municípios com as maiores amplitude foram detalhados na Tabela 8.

**Tabela 8-** Detalhamento da presença dos professores temporários nos três municípios entre 30 e 50 mil habitantes com as maiores amplitudes (2011-2020)

Município	Ano	Número de Temporários	Número de Concursados	Total de Profs. na Rede	Percentual de Profs. Temporários
Mãe do Rio	2011	119	178	297	40%
	2012	144	158	302	48%
	2013	205	146	351	58%
	2014	191	145	336	57%
	2015	179	158	337	53%
	2016	196	149	345	57%
	2017	101	247	348	29%
	2018	68	261	329	21%
	2019	58	272	330	18%
	2020	72	259	331	22%
São Domingos do Capim	2011	195	242	437	45%
	2012	250	223	473	53%
	2013	148	359	507	29%
	2014	117	383	500	23%
	2015	56	364	420	13%
	2016	42	371	413	10%
	2017	111	367	478	23%
	2018	130	353	483	27%
	2019	143	337	480	30%
	2020	167	328	495	34%
	2011	20	312	332	6%



---

	2012	33	274	307	11%
	2013	77	229	306	25%
	2014	76	221	297	26%
Rurópolis	2015	82	208	290	28%
	2016	101	208	309	33%
	2017	148	181	329	45%
	2018	157	171	328	48%
	2019	141	173	314	45%
	2020	65	239	304	21%

---

Fonte: Autores, com base nos dados do INEP a partir do Laboratório de Dados Educacionais LDE/UFPR

Como visto acima, Mãe do Rio apresenta crescimento no total de professores, mas a proporção de temporários foi alta entre 2011 (40%) e 2013 (58%), enquanto o número de concursados caiu, possivelmente por ajustes administrativos ou concursos públicos.

Em São Domingos do Capim, o total de professores cresceu, com aumento de temporários entre 2011 (45%) e 2012 (53%), seguido de redução entre 2013 (29%) e 2016 (10%), indicando possível concurso público. Após 2017, houve um aumento (30% em 2019 e 34% em 2020), possivelmente ligado às eleições municipais.

Em Rurópolis, a proporção de temporários subiu de 6% (2011) para 25% (2013) e atingiu 33% (2016), estabilizando entre 45%-48% até 2020, quando caiu para 21%, possivelmente devido à pandemia. Os aumentos anteriores podem estar ligados a processos seletivos simplificados.

A presença de professores temporários nas redes municipais de ensino do Pará revela uma série de questões estruturais e políticas que permeiam o cenário educacional, refletindo, de maneira marcante, os desafios enfrentados pelos municípios, especialmente os de pequeno e médio porte. A análise dos dados de presença de professores temporários aponta para uma realidade onde a precarização do trabalho docente no Pará se tornou uma prática consolidada.

Nesse contexto, o conceito da *precarização* adotado nessa pesquisa teve como base autores marxistas. Vale esclarecer que há uma distinção entre *precarização* e *precariedade*. Giovanni Alves (2007), define que a *precariedade* é uma condição inerente ao trabalho assalariado, enquanto a *precarização* concebe o agravamento



dessa condição. Logo, é possível entender que a precarização não é apenas uma questão econômica (mercadoria), pois esta assume também dimensões sociais e psicológicas, que contribuem para a alienação e a perda de controle sobre a própria vida.

A precarização se manifesta por meio de diversos aspectos, incluindo salários diferenciados, desqualificação profissional, desvalorização do papel docente, aumento da terceirização, ausência de direitos trabalhistas e redução da autonomia no exercício da profissão (Limeira, 2021; Lovatto 2019; Santos, 2022).

Os dados da pesquisa mostram que os índices de professores temporários nos municípios paraenses, apresentam percentuais alarmantes. Logo, municípios menores, de até 20 mil habitantes, como Bagre (77%) e Chaves (73%), destacam-se pela presença excessiva desses profissionais. Esse cenário pode ser explicado, em parte, pela dificuldade desses municípios em atrair e reter professores concursados.

A desigualdade na distribuição da população e dos fluxos migratórios, especialmente na RMB, exacerbam ainda mais as disparidades entre os municípios. Como descrito por Santos e Silveira (2003), a lógica de valorização dos territórios transformou algumas regiões em “territórios corporativos”, onde a instalação de empresas e a urbanização acelerada ocasionam um crescimento populacional desordenado. Esse crescimento, por sua vez, contribui para o aumento das demandas educacionais e a falta de infraestrutura para suprir as necessidades de ensino.

Uma análise das oscilações de contratação de temporários ao longo da década revela um quadro de alternância entre aumentos e quedas na proporção de professores temporários em diversos municípios. Essa oscilação pode ser explicada pela realização de concursos públicos, que são, na verdade, uma tentativa de estabilizar o quadro docente e garantir o cumprimento das normativas legais. No entanto, a proximidade com períodos eleitorais, como apontado na pesquisa, também tem influência sobre as contratações de professores temporários. Essa ocorrência, denominada *clientelismo*, tem sido uma prática recorrente em várias regiões, especialmente onde a contratação de temporários é usada como moeda de troca para



garantir apoio político (Feldman; Alves, 2020; Feldman; Costa, 2021; Feldman, Martins, 2023).

O aumento da presença de professores temporários nas redes municipais de ensino pode também ser entendido dentro de um contexto maior de flexibilização do trabalho. Essa relação interdependente entre capital e trabalho reforça um ciclo no qual o sistema se adapta e se expande, adquirindo novas formas ao longo do tempo (Mészáro, 2002). A gestão educacional, seguindo essa lógica de mercado, busca reduzir custos e se adaptar às exigências de eficiência e produtividade pelo sistema neoliberal. Nesse contexto, a contratação de professores temporários aparece como uma solução de curto prazo para solucionar a escassez de recursos, mas acaba por agravar a precarização das condições de trabalho dos professores e afetar o ensino.

Além disso, a prática de contratação de temporários também reflete a precarização do ensino público, que se alinha ao modelo de gestão educacional neoliberal, onde as políticas educacionais são orientadas por uma lógica empresarial e de mercado. Isso está em consonância com as críticas de Freitas (2018) o qual argumenta que as reformas educacionais dos anos 1990, influenciadas por conceitos empresariais, transformaram o ensino em um bem de consumo e a figura do professor em um trabalhador facilmente substituível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa revela que, no estado do Pará, a presença dos professores temporários excede os limites estabelecidos no PNE (10%). Dito isso, os dados das redes municipais mostram médias acima dos 38%, com alguns municípios apresentando percentuais alarmantes acima de 70%, corroborando que a presença desses profissionais, é um ato ilegal.

A análise por porte populacional destaca a heterogeneidade demográfica paraense, com municípios menores (até 30 mil habitantes) apresentando os maiores percentuais de professores temporários. Os resultados, também demonstram que em alguns municípios, as amplitudes entre o valor mínimo e máximo na década causam





estranhamento. Principalmente, nos municípios com população de até 20 mil habitantes e de 20 e 30 mil habitantes por apresentarem as maiores amplitudes.

Em conclusão, os dados analisados nessa primeira etapa da pesquisa confirmam a relevância dos municípios menores, que muitas vezes preferem adotar o contrato como uma medida adaptativa para atender às necessidades locais. Contudo, é importante que também sejam ofertadas melhores condições no exercício da profissão, garantindo os direitos trabalhistas e assegurando que o processo educativo não seja afetado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Charles Alberto de Sousa. **A política de remuneração dos professores da rede estadual de educação básica do Pará**. 2017. 241f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém, 2017.

ALVES, Giovani. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ARAÚJO, Maria Dolores Martins. **(Auto)representações de professores de uma escola pública do ensino médio sobre a docência**: os processos discursivos de objetivação/subjetivação e as possibilidades de resistência. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística Básica**. São Paulo: Editora Saraiva, 6ª edição, 2010.

BRASIL. **Conferência Nacional de Educação (CONAE)/2014**. O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração. Brasília: MEC, 2014.

CARVALHO, Carlos Marcelo Martins. **Precarização das Condições de Trabalho dos Professores do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Goiás**. 2014. 172f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação, 2014.

COSTA, Artemízia Ribeiro Lima. **Avaliação do efeito dos resultados do Spaece em Língua portuguesa dos alunos do 5º e 9º ano na visão de docentes do município de Aracati/CE**. 2018. 80f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 1998, p. 363.



FERREIRA, Denize Cristina Kaminski. A reestruturação produtiva e a contratação temporária de docentes nas redes públicas no Brasil. **Revista Labor**, v. 1, n. 22, p. 44-64, 2019.

FERREIRA, Denise Cristina Kaminski. **Os professores temporários da educação básica da rede pública estadual do Paraná**: A flexibilização das contratações e os impactos sobre as condições de trabalho docente. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FELDMAN, Ariel; ALVES, Charles Alberto de Souza. A política de contratação de professores temporários em Portel (PA). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.36,n.2,p.559-579,2020.

FELDMAN, Ariel; COSTA, Daihana Maria dos Santos. A política de contratação de professores temporários na rede municipal de ensino de Cametá (Pará, Brasil, 2013-2020). **Education Policy Analysis Archives**, v. 29, p. 80. 2021.

FELDMAN, Ariel; GOUVEIA, Andréa Barbosa. Os professores temporários nas redes municipais do estado do Pará (2011-2020). **Educação em Revista**, v.38, 2022.

FELDMAN, Ariel; MARTINS, Roberta Adriane Correa. A política de contratação de professores temporários em Mocajuba-PA. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 15, n. 37, p. e14072, 2023.

FERRI, Felipe Eduardo Ramos de Oliveira; ESTRADA, Adrian Alvarez. Os efeitos jurídicos da contratação temporária dos professores da rede de ensino estadual do Paraná. **Cadernos Cajuína**,v.5,n.1,p.39-62,2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GODOY, Mariana de. **Vencimento, remuneração e carreira docente no Estado do Paraná (2005-2012)**. 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

GOMES, Thayse Ancila Maria de Melo. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil**: Implicações para a categoria docente. 2017.101 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,2017.

LIMEIRA, Jussara Cordeiro. **A constituição e o desenvolvimento da profissionalidade de docentes em contratação temporária no Distrito Federal**. 2022.196f. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília. Programa de Pós Graduação em Educação.

LOVATTO, Guilherme Sturmer. **Escola precária**: contratos temporários, terceirização na escola pública e as implicações no trabalho das professoras de Educação Física. 2019.155p. Dissertação. Centro de Educação Física e Desporto da Universidade Federal de Santa Maria.



MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NASCIMENTO, Cláudio Bento do. **Professores em regime de contrato temporário: uma análise do impacto no rendimento dos alunos das escolas públicas estaduais do Ceará**. 2014.30f. Dissertação de Mestrado Profissional em Economia, Fortaleza, 2014.

NOGUEIRA, Arcielli Royer. **Turnover de professores na região oeste do Paraná e suas influências nos resultados da avaliação em larga escala (Prova Brasil/ SAEB) – 2015-2021**. 2021. 300 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2021.

OLIVEIRA, Adriano de. **Condições de trabalho: percepção de docentes do ensino fundamental**. 2013.82f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

QUIBÃO NETO, José. **Docentes não concursados na rede estadual de ensino de São Paulo: ordenamento jurídico, perfil e remuneração**. 2015.240f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

SANTOS, Franciele Del Vechio dos. **Trabalho Docente Em Escolas Estaduais Paulistas: o desafio do professor da categoria O**. 2016a. 153f. Dissertação de Mestrado em Educação Escolar. Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – Campus Araraquara, São Paulo. 2016a.

SANTOS, João Batista Silva dos. **Uma perspectiva da precarização dos professores temporários da educação básica no Brasil**. 2022. 371f. Tese (Doutorado em Estado, Sociedade e Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SILVA, Juliana de Jesus. **Características do trabalho docente e gênero: um estudo sobre os professores da Educação Básica do Brasil (2007-2014)**. 2017. 73f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade Federal de Minas Gerais.

SOUSA, Laryssa Ramos de. **Contratação de professores temporários na rede estadual de ensino: um dispositivo de manifestação do capital**. 2019.126f. Dissertação de Mestrado Acadêmico. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

VALVERDE, Raphael Sansoneti. **O novo plano de carreira e a contratação temporária horista na rede estadual de ensino de Santa Catarina (2015-2017): valorização ou desmonte do trabalho do magistério?**. 2018. 213f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. 2018.

Data da submissão: 20/10/2024

Data do aceite: 28/11/2024